

## 2

### A transmissão psíquica inconsciente na conjugalidade

“Aquilo que herdaste de teus pais, conquista-o para fazê-lo teu” (Goethe).

Todo sujeito recebe uma herança genealógica e psíquica de seus familiares, tendo como tarefa lidar com esse material. O ambiente familiar e, especificamente, a vida do casal são espaços nos quais os mecanismos de identificação irão se processar, assim como são cenas nas quais a transmissão psíquica inconsciente vai se apresentar, seja através do legado psíquico herdado de gerações anteriores, seja através da transmissão inconsciente entre os membros de uma mesma geração, que permitirá a constituição do psiquismo familiar e do psiquismo conjugal.

Pode-se constatar que, nos marcos de mudança do desenvolvimento, o sujeito tende a revivenciar o passado, como, por exemplo, na adolescência – em que a questão edípica da infância retorna –; no casamento – em que a união conjugal dos pais é relembrada –; na parentalidade – em que as memórias primitivas de bebê são reativadas, tendo os pais seu narcisismo reinvestido com o nascimento de um filho –; e segue assim pelo resto da vida. Essas reatualizações trazem à tona as fantasias do passado, tanto do próprio sujeito, quanto fantasias familiares de outras gerações. Essas vivências de resgate do passado são parte do processo de transmissão psíquica inconsciente, uma vez que o psiquismo de um sujeito está sempre relacionado com o daqueles que o precederam.

Ao lançar o foco sobre a conjugalidade, tomando como base a transmissão de elementos traumáticos através das gerações, considera-se que esses elementos mal assimilados ao psiquismo retornam com a revivência do Édipo no casamento, tendo sido transmitidos para os membros do casal através do processo de “transmissão psíquica”. Trata-se aqui de uma transmissão inconsciente, que também ocorre com os membros do casal na formação de sua identidade conjugal, uma vez que há a formação de uma estrutura psíquica conjugal que supera os limites egoicos.

Nosso interesse, nesta pesquisa, é analisar os elementos traumáticos presentes em toda e qualquer relação conjugal, com ênfase no constitutivo, uma vez que todo sujeito vivencia a trama edípica – revivida na conjugalidade – com a

angústia que lhe é própria, isto é, envolvendo o temor da castração e as fantasias de sedução. O viés da transmissão psíquica apresenta-se nas relações familiares e na conjugalidade, na medida em que se rememora o passado primitivo da relação mãe-bebê e o passado edípico e que essas relações são fundadas a partir de um desamparo inicial, de uma falta. Portanto, considera-se que a conjugalidade se alicerça no terreno do trauma constitutivo, estruturante.

Neste capítulo, pretende-se explorar, primeiramente, o conceito de transmissão psíquica inconsciente na obra freudiana e nos autores pós-freudianos e contemporâneos, para, em um segundo momento, estudar os mecanismos próprios da transmissão – a identificação e suas variantes: a introjeção, a incorporação e a identificação projetiva. Por fim, são estabelecidas articulações entre a transmissão da vida psíquica e o trauma.

## **2.1.**

### **Apropriando-se de uma herança: o conceito de transmissão psíquica**

O conceito de transmissão psíquica tem sido estudado por autores contemporâneos do campo psicanalítico, principalmente por aqueles que se interessam pelo enfoque intersubjetivo e pelas relações familiares e de casal – como Kaës (2001/2011) e Eiguer (1998), dentre outros. Mais especificamente, o tema da transmissão interessou àqueles que pesquisavam sobre o trauma, seja por meio do estudo de acontecimentos traumáticos na sociedade (nas situações de guerras, por exemplo), como fez Benghozi (2000), seja pelo estudo do trauma ligado à fantasia e suas repercussões psíquicas na clínica e teoria psicanalíticas, como os autores Abraham e Torok (1995), que investigaram a cripta, o fantasma e a incorporação, desempenhando um papel crucial nas pesquisas no campo da transmissão. Interessa-nos aqui o legado psíquico transmitido pelas gerações e, principalmente, no enfoque da relação conjugal, o material irrepresentável que cada membro do casal carrega e revive no momento da instauração da conjugalidade.

Na introdução do livro “Transmissão da vida psíquica entre gerações”, Kaës (2001) coloca a questão complexa que é a de se pensar em uma mente fruto da intersubjetividade, e não em uma mente que tem um fim em si mesma, como se pensava nos primórdios da psicanálise. Considerar a ideia de transmissão da

psique é entender que o sujeito é herdeiro de um passado, ou seja, seu psiquismo está relacionado com outros que o precederam. Segundo Kaës, o sujeito do Inconsciente é o sujeito da herança e, de forma mais geral, é um sujeito do grupo.

O grupo que nos precede, em particular alguns de seus membros considerados pelo *infans* como seus representantes, nos sustenta e nos mantém numa matriz de investimentos e de cuidados, ele predispõe sinais de reconhecimento e de apelo, designa lugares, apresenta objetos, oferece meios de proteção e de ataque, traça vias de realização, indica limites, enuncia interditos (Kaës, 2001, p. 13).

Para Kaës (2001), o que está em jogo na questão da transmissão, em termos psicanalíticos, é a formação do Inconsciente e os efeitos produzidos nas subjetividades, por meio das relações intersubjetivas, ao longo das cadeias geracionais. O processo maior da transmissão baseia-se na identificação. Nesta pesquisa, considera-se a transmissão inconsciente de elementos traumáticos presente na formação do eu conjugal, portanto, no processo de constituição da identidade do casal. Na formação do casal, podem-se identificar as representações de objeto e os afetos presentes no vínculo conjugal, que, por sua vez, remontam aos ancestrais dos dois e, ao mesmo tempo, apontam para o caráter da família que está se formando (Eiguer, 1998).

O conceito de transmissão geracional, que foi aprofundado sobretudo pelos autores pós-freudianos, segundo Kaës (2011), constituía-se essencialmente pelas categorias do interdito, do recalque dos desejos edípicos e da culpa. Contudo, atualmente, a problemática amplia-se para a questão da transmissão psíquica pensada por meio dos vínculos intergeracionais e transgeracionais, no eixo diacrônico, assim como por meio dos vínculos entre sujeitos da mesma geração, no eixo sincrônico. Voltar o olhar para a transmissão psíquica na conjugalidade é buscar aliar o ponto de vista sincrônico – da transmissão entre os membros do casal – com o ponto de vista diacrônico – da herança fruto da transmissão geracional das vivências (traumáticas) de cada um com seus objetos parentais.

A transmissão psíquica que ocorre entre pais e filhos é chamada de intergeracional, sendo também constitutiva da intersubjetividade e, portanto, das subjetividades. A transmissão psíquica intergeracional é um trabalho de ligações e de transformações (Granjon, 2000). Esse trabalho, contudo, pode falhar, ocorrendo então a transmissão transgeracional, na qual o que se transmite está em estado bruto, podendo aparecer como uma lacuna, um vazio, algo que não pôde

ser transformado, nem elaborado. Essa distinção entre transmissão intergeracional e transgeracional é proposta por muitos teóricos psicanalíticos (Granjon, 2000; Benghozi, 2000; Correa, 2000; Trachtenberg, 2005), que consideram a transmissão transgeracional a transmissão do trauma, do não elaborado, uma transmissão bruta entre as gerações, que se expressa pelos sintomas – nessa situação, sintomas mais ligados a passagens ao ato do que a sintomas neuróticos, uma vez que a capacidade de elaboração encontra-se empobrecida.

Benghozi (2000) considera, sobre o traumatismo psíquico de geração para geração, que na transmissão intergeracional há elaboração; já na transmissão transgeracional, para ele não há metabolização do material transmitido, pois se trata da transmissão do indizível ou do inconfessável. Eiguer (1998) também distingue a herança intergeração como sendo constituída de vivências psíquicas elaboradas (fantasias, imagos, identificações), da herança transgeração, que seria constituída por elementos brutos, lutos não elaborados, a partir de vivências traumáticas.

Contudo, Eiguer (1998) afirma que a herança transgeração também compreende elementos em instância de representação, elementos de natureza não traumática, ou seja, não patológica. Essa perspectiva de Eiguer (1998) vai ao encontro de nossa proposta de se pensar o trauma como constitutivo e, portanto, atualizado na relação conjugal, na medida em que há no encontro amoroso, novamente, assim como no período edípico e pré-edípico, a vivência de um excesso pulsional em relação ao qual o ego deve fazer frente. A instauração da conjugalidade é uma situação potencialmente traumática, uma vez que, quando dois egos se unem para constituir um psiquismo compartilhado, há um excesso pulsional além da capacidade egoica de elaboração. Cada um dos membros de um casal traz consigo uma carga pulsional própria, advinda de sua história. Entretanto, considera-se que o encontro amoroso pode se constituir em uma vivência traumática estruturante, na medida em que é parte integrante da experiência de todo sujeito que se dispõe a estabelecer um laço conjugal.

Lemaire (2003) afirma que a transmissão intersubjetiva é acompanhada, normalmente, por um trabalho de transformação, para que o afeto, o pensamento e a emoção possam ser assimilados. Esse tipo de transmissão pressupõe certa diferenciação entre os sujeitos e o espaço entre eles (no grupo familiar ou no casal), enquanto que na transmissão transpsíquica, os limites já não são tão claros.

Na transmissão transpsíquica, não há, portanto, um espaço intermediário. Tal configuração acaba por gerar a formação de enclaves, clivagens e criptas para defender-se do contato com o objeto psíquico temido, perigoso ou traumático transmitido pelo outro (por exemplo, o parceiro amoroso). O autor exemplifica essa questão da transmissão transpsíquica através de certas formas de relações amorosas que podem se apresentar como um perigo para a autonomia psíquica e afetiva de um ou de outro membro do casal, que se sente possuído pelo seu parceiro e psiquicamente submetido, ainda que não haja nenhuma violência manifesta (Lemaire, 2003).

No que se refere à transmissão traumática ligada à repetição, Kaës (2011) propõe uma importante distinção entre a “transmissão-repetição” e a “transmissão transicional”. A “transmissão-repetição” refere-se às situações traumáticas, em que o sujeito não é capaz de exercer a atividade fantasmática no processo de transmissão – ou seja, não consegue fantasiar sobre a origem de sua vida psíquica, sobre a cena sexual de suas origens – e a “transmissão transicional” é aquela em que os elementos da história do sujeito podem ser por ele reinventados, através do brincar da transicionalidade, no processo de construção do eu. Essa conceituação é importante para a discussão dos dois pólos da conjugalidade levantados nesta pesquisa: o da repetição e o da criação, uma vez que os membros do casal costumam oscilar entre esses dois modos de transmissão – “transmissão-repetição” e “transmissão transicional” –, sendo que, em casos mais patológicos, poderíamos afirmar que há uma fixação na repetição.

Mencionamos, no capítulo anterior, a característica transicional da conjugalidade, como sendo ela mesma um espaço potencial em que a criação do novo possui um lugar importante, embora o mecanismo da repetição de modelos parentais encontre-se sempre atuante, impulsionando o sujeito para a repetição ou para a conformidade. A “transmissão transicional” refere-se ao que, em texto anterior, Kaës (2001) chamou de “transmissão intersubjetiva”, que tem como espaço originário o grupo familiar e é organizadora.

Existe também o que o autor nomeou como “transmissão transpsíquica” (Kaës, 2001), que se refere ao que é transmitido através dos sujeitos, e não entre os mesmos. Kaës (2001) pontua que, na transmissão transpsíquica, há uma abolição dos limites e do espaço subjetivo. Tal processo foi pensado, segundo ele, por Freud através dos conceitos de telepatia, hipnose e sugestão, mas podemos

refletir também sobre a transmissão transpsíquica que há entre os membros do casal. É essa a concepção que será por nós privilegiada no desenvolvimento desta pesquisa, uma vez que consideramos que, para que se constitua o eu conjugal, é necessário o processamento da transmissão transpsíquica entre os próprios membros do casal, levando praticamente, em algumas circunstâncias, a uma abolição dos limites egoicos.

Na obra freudiana, podemos investigar a noção de transmissão por meio de textos como: “Totem e tabu” (Freud, 1912-1913), “Sobre o narcisismo: uma introdução” (Freud, 1914) e “Psicologia de grupo e a análise do ego” (Freud, 1921), dentre outros. Nessas obras, Freud começa a pensar em intersubjetividade, e não somente em uma mente individual, assim como ressalta a noção de transmissão através da ancestralidade. O investimento narcísico dos pais e as relações significativas que constituem a subjetividade são fatores importantes para o processo de subjetivação (Käes, 2001; Magalhães e Féres-Carneiro, 2005) e já presentes na obra freudiana. Analisaremos, a seguir, os textos de Freud que nos permitem investigar melhor o tema da transmissão psíquica.

## **2.2.**

### **Transmissão psíquica na obra freudiana: a neurose como herança**

A ocorrência da transmissão através da negatividade, conceito desenvolvido por Kaës (2001), já estava presente em Freud (1914), segundo o próprio autor, no texto sobre o narcisismo, quando ele aponta que a constituição narcísica da criança se estabelece por meio daquilo que faltou aos pais, dos desejos que estes não satisfizeram e, no presente, projetam no filho – denominado por Freud (1914), na sua clássica expressão: “Sua Majestade, o bebê”. Para esta dissertação, é importante nos valermos do conceito de negativo, de Kaës, para que possamos investigar a transmissão daquilo de que não se lembra, do que não foi elaborado, dos objetos perdidos, do recalcado, enfim, daquilo que Freud já tinha sinalizado em seu texto “Totem e tabu” (1912-1913), por meio do estudo da culpa ligada ao assassinato do pai da horda primitiva e dos sentimentos ambivalentes para com a figura totêmica, que são transmitidos pelas gerações.

Na realidade, o aspecto da transmissão já estava presente na obra freudiana em seus primórdios, quando Freud (1895) estudou a característica hereditária da

histeria, ou seja, a própria transmissão da neurose, em seus textos pré-psicanalíticos. As inquietações de Freud referem-se ao seu desejo de entender a origem do psiquismo. Segundo Kaës (2001): “Para Freud, a sedução traumática precoce inscreve-se com uma determinação causal na moral sexual civilizada, mas ela passa pelo processo psíquico: é assim que a doença neurótica dos pais é transmitida aos filhos” (p. 48). Concordando com essa visão de que a neurose dos pais, de alguma forma, é transmitida aos filhos, postulamos que os membros do casal também sofrem influência da neurose que “herdaram” dos pais, assim como têm que elaborar a neurose do par conjugal, que se apresenta na constituição do psiquismo compartilhado pelo casal e na família futuramente construída. Isso ocorre pois o inconsciente de um carrega, ou assimila, a marca do inconsciente do outro no casal, assim como ocorre na relação entre pais e filhos.

A transmissão por identificação aos modelos parentais está presente também no texto “Totem e tabu” (Freud, 1912-1913), no qual Freud aborda a transmissão de traços enigmáticos de gerações anteriores, por meio do estudo dos sistemas totêmicos. Nesse trabalho, Freud aborda a transmissão do tabu nas sociedades primitivas, o qual relaciona com a transmissão dos impulsos inconscientes na neurose, que se desloca constantemente para outros objetos. No estudo das sociedades primitivas, Freud questiona-se sobre a forma como se dá a continuidade psíquica entre as gerações e, ao situar a resposta a esse questionamento nos impulsos mentais que são recalçados, admite que não há como recalcar totalmente esses impulsos, o que acaba deixando lugar para os impulsos substitutos deformados. Sendo assim, sempre haverá a transmissão de uma herança psíquica – restos do processo de recalçamento – para as gerações seguintes.

No mesmo trabalho, Freud (1912-1913) investiga a transmissão da culpa pelo parricídio e a proibição do incesto, já presentes no sistema totêmico. A conclusão a que chega é a de que, sendo estas duas grandes proibições e, portanto, tabus invioláveis, são também fonte de desejo, já que só é necessária a proibição radical quando há desejo. A noção de incorporação oral é outro aspecto trabalhado em “Totem e tabu” (1912-1913), escrito no qual Freud fala sobre a importância da magia entre os selvagens, que acreditam na incorporação mágica de aspectos psíquicos dos mortos e de seres sagrados – como as mulheres grávidas, os chefes, os guerreiros e os sacerdotes, por exemplo –, que poderia ocorrer somente pelo

contato com essas figuras. Indo mais além, Freud ressaltou que o canibalismo era uma prática dos povos primitivos, que acreditavam adquirir qualidades do outro pela literal incorporação oral deste.

Daí origina-se a “fobia de contato”, identificada por Freud (1912-1913) nos tabus das sociedades primitivas e no sintoma da neurose obsessiva, sendo uma prática que nos faz pensar no aspecto da transmissão psíquica, uma vez que se acreditava que, entrando em contato com alguém “amaldiçoado” ou, para o neurótico obsessivo, com algo considerado sujo ou proibido pelas autocensuras obsessivas, a pessoa seria penalizada – seria o equivalente à punição de um assassino. O princípio desse pensamento mágico – de que, pelo contato, são adquiridas qualidades do outro – é existir uma contiguidade imaginada entre uma crença e seu resultado. De fato, o que a magia objetiva é a realização dos desejos e foi isso o que Freud constatou com base na análise dos costumes dos povos primitivos.

Reportando-nos à conjugalidade, o aspecto da incorporação mágica de traços de um outro está também presente entre os membros do casal. Na formação da identidade conjugal, os sujeitos entram em contato com aspectos, traumáticos ou não, do outro para que o psiquismo conjugal se constitua. Há relações patológicas em que a vinculação com o outro é estabelecida predominantemente por meio do processo da incorporação, e não da introjeção de características do par conjugal, conforme apontamos no capítulo 1 e iremos aprofundar mais adiante.

Um conceito importante para o estudo da transmissão psíquica, já sinalizado por Freud em “Totem e tabu” (1912-1913), é o de projeção. Freud reconhece que, quando os povos primitivos temem os mortos, acreditando que estes voltariam como fantasmas para assombrá-los ou mesmo que suas características seriam transmitidas para aqueles que entrassem em contato com os cadáveres, nada mais é do que uma projeção da hostilidade sentida no inconsciente pela satisfação pela morte de entes queridos. É um mecanismo defensivo frente à dificuldade de lidar com a ambivalência, presente em todas as relações humanas. O conceito de “projeção” foi desenvolvido por muitos autores pós-freudianos e, na conjugalidade, fala-se mais em identificação projetiva atuando na relação do casal – este conceito será por nós explorado, ao analisarmos os mecanismos por meio dos quais a transmissão se processa na conjugalidade.

Outro texto importante para o tema da transmissão psíquica na obra freudiana é “Psicologia de grupo e análise do ego” (1921). Nesta obra, Freud pontua que as relações com os pais, com os amigos e com a pessoa amada podem ser incluídas na chamada psicologia de grupo ou das massas, envolvendo inclusive questões narcísicas, uma vez que há uma satisfação pulsional parcial ou total do ego a partir da relação com esses outros. Freud discute uma hipótese de que o instinto social talvez não seja primitivo, mas sim estaria possivelmente associado às primeiras experiências no seio da família. Percebemos que, nesse momento, Freud aborda o tema da transmissão, ainda que este conceito não esteja explícito em suas considerações teóricas – a questão da hereditariedade, da transmissão dos traços psíquicos e da identificação são temas centrais nesse texto.

Freud (1921) afirma que, estando em grupo, o sujeito deixa de lado as repressões de impulsos inconscientes, fazendo com que características suas, antes ocultas, apareçam. Outro fenômeno de grupo é o contágio, ou seja, o sujeito sacrifica facilmente seus interesses pessoais em prol do interesse coletivo, identificando-se com o líder e assumindo as prerrogativas do coletivo. O contágio seria, portanto, um efeito da sugestibilidade, outra característica importante dos grupos. Por fim, um traço relevante da psicologia das massas é a necessidade de manter ilusões nos espaços coletivos. Relaciona-se a esse traço – da predominância da fantasia e da ilusão – a própria psicologia das neuroses, uma vez que também o sintoma neurótico prima pela fantasia nascida de um desejo irrealizado (Freud, 1921).

Transportando essa discussão para a relação de casal, que, conforme colocou Freud, também está inserida na psicologia dos grupos, identificamos que os fenômenos do contágio e da sugestão encontram-se presentes na formação do psiquismo compartilhado pela dupla conjugal, assim como a prevalência da ilusão, uma vez que os membros de um casal parecem abolir características individuais para que um eu conjugal se constitua, exatamente nesse espaço ilusório entre o interno e o externo, conforme vimos no capítulo 1. Kaës (2001) considera que há a formação de uma aliança inconsciente no ponto de coincidência entre dois egos, quando ocorre o mecanismo do contágio psíquico – ou seja, dois egos, em se tratando de casais, identificam-se, o que possibilita o processo de transmissão transindividual.

Freud (1921) afirma que:

Do estado de estar amando à hipnose vai evidentemente, apenas um curto passo. [...] Existe a mesma sujeição humilde, que há para com o objeto amado. Há o mesmo debilitamento da iniciativa própria do sujeito; ninguém pode duvidar que o hipnotizador colocou-se no lugar de ideal do ego (Freud, 1921, p. 124).

Na hipnose, coloca-se o objeto no lugar do ideal do ego, assim como no estado de estar amando (Freud, 1921). A hipnose é uma atividade que exige que o sujeito se desvincule do mundo e dirija a atenção para o hipnotizador, que se coloca no lugar simbólico dos pais do sujeito – se o hipnotismo é tranquilizador e persuasor, tem seu modelo na figura materna; se é ameaçador, deriva do pai –, ou seja, a hipnose faz o sujeito reviver relações arcaicas de submissão aos genitores (Freud, 1921). Kaës (2001) apontou o fenômeno da hipnose como um daqueles através dos quais Freud toca no tema da transmissão transpsíquica, ou seja, a transmissão que se processa “através” dos sujeitos, e não “entre” os mesmos. O amante, assim como o hipnotizador, também é colocado no papel de figura idealizada, podendo ser amado e odiado ao mesmo tempo.

Para Freud (1921), as relações amorosas ou os laços emocionais e libidinais constituem a essência da mente grupal. Em seu texto sobre a psicologia de grupo, aborda o interessante tema da ambivalência nas relações humanas e aponta que:

[...] as provas da psicanálise demonstram que quase toda relação emocional íntima entre duas pessoas que perdura por certo tempo – casamento, amizade, as relações entre pais e filhos – contém um sedimento de sentimentos de aversão e hostilidade, o qual só escapa à percepção em consequência da repressão (Freud, 1921, p. 112).

Contudo, afirma que, quando um grupo se forma, os indivíduos acabam se comportando como se fossem uniformes, como se não houvesse aversão entre eles. Assim, também, considera-se o funcionamento do casal conjugal, no qual a repressão dos sentimentos de hostilidade estaria operando constantemente, ainda que saibamos, inclusive com base nas contribuições freudianas sobre a psicologia do amor (Freud, 1912), que a depreciação do objeto amoroso é uma expressão desse ódio recalcado, aparecendo cotidianamente na relação de muitos casais.

Falar de transmissão psíquica por meio do estudo da psicologia dos grupos, ou seja, do estudo dos laços libidinais que unem duas ou mais pessoas, é

também abordar o tema do narcisismo, uma vez que o que está em questão são os limites psíquicos, os investimentos libidinais nos objetos e o retorno ao ego, assim como as trocas, transmissões e identificações entre os psiquismos. Um mecanismo importante da transmissão psíquica entre indivíduos é a identificação, que, segundo Freud (1921), é “a mais remota expressão de um laço emocional com outra pessoa” (p. 115), desempenhando um papel na história primitiva edípica.

Freud (1914) já havia abordado o tema da identificação no texto sobre o narcisismo – o qual discutimos no primeiro capítulo –, em que buscou a relação entre a identificação com as figuras parentais e a escolha de objeto de amor. Apontou a escolha narcísica de objeto como aquela em que o sujeito busca o outro como um espelho de si, portanto, busca uma identificação narcísica. Outro texto em que Freud trabalha intensamente o tema da identificação é em “Luto e Melancolia” (1917), no qual investiga a identificação com o objeto perdido na melancolia, assim como as autodepreciações sofridas pelo ego, que se encontra identificado com o objeto para o qual o ódio é dirigido. Nessa obra de 1917, Freud afirma que a identificação é a primeira forma pela qual o ego escolhe um objeto e esta forma de relação entre ego e objeto ocorre através da incorporação.

Nesse percurso que traçamos na obra freudiana, buscamos sistematizar o estudo do conceito de transmissão psíquica em textos no quais Freud o abordou, seja por, de fato, tocar a questão, como em “Totem e tabu” (1912-1913), seja por abordá-la por meio de outros conceitos, como o da identificação ou do contágio psíquico – nos textos sobre o narcisismo, sobre a melancolia e sobre a psicologia dos grupos (Freud, 1914/1917/1921). Nessas obras, a relação com o outro passa a ser evidenciada e o sujeito do inconsciente passa a ser concebido como sujeito da herança, o que, de acordo com Moguillansky e Nussbaum (2011), sugere a existência de bases teóricas para o desenvolvimento da perspectiva vincular na obra freudiana.

Sabemos que a perspectiva da relação com o outro foi explorada por muitos autores da psicanálise, a partir das contribuições de Freud, o que trouxe grande enriquecimento à teoria psicanalítica, sobretudo à psicanálise de casal e família, mais recentemente. Destacamos, no próximo tópico, alguns desses autores do campo psicanalítico que voltaram o olhar para a relação de objeto e para a constituição da subjetividade, o que diz respeito à transmissão inconsciente que acontece entre os psiquismos dos sujeitos – seja entre a mãe e o bebê, seja

entre os membros de um casal. No estudo sobre a conjugalidade, tal investigação é necessária para que possamos compreender a transmissão do material inconsciente que ocorre entre os membros do casal, quando se instaura o psiquismo compartilhado, dando origem ao eu conjugal.

### **2.3.**

#### **Para além de Freud: a transmissão na constituição psíquica**

Para além da contribuição freudiana ao tema da transmissão psíquica, pesquisamos em autores posteriores a Freud, que também trabalharam o tema, uma ampliação no entendimento desse campo de estudos que envolve as transmissões e as identificações entre as gerações. Encontramos, portanto, a ideia de transmissão presente na obra desses autores pós-freudianos ou contemporâneos, sobretudo na teorização sobre a constituição psíquica, isto é, sobre os primórdios da subjetividade, o que possibilita a extensão dessas ideias para a formação do psiquismo do casal.

A escola inglesa de psicanálise, que tem Melanie Klein como expoente, aborda, de certa forma, o tema da transmissão psíquica inconsciente, quando afirma que o mundo interno do bebê é formado pelas projeções e introjeções do pai e da mãe reais e das experiências vivenciadas pelo sujeito. As primeiras relações de objeto da criança são constituídas a partir de suas vivências com os pais, para os quais a criança dirige conteúdos bons e maus, de acordo com suas fantasias inconscientes que são neles projetadas. Segal (1975) ressalta que Melanie Klein observou esse processo nas crianças pequenas, sobretudo os mecanismos de negação, divisão, projeção e introjeção, que são necessários para o processo de recalque.

A relação do bebê com a mãe constitui-se, portanto, para Klein (1952), a partir das experiências de gratificação e frustração provenientes de fontes externas – da relação com o seio –, mas também a partir de processos internos, como a introjeção e a projeção, que contribuem para o estabelecimento da primeira relação de objeto. Este objeto, por sua vez, é distorcido na mente infantil pelas suas fantasias, vinculadas à projeção de impulsos no objeto (Klein, 1952).

Expandindo essa ideia para a psicanálise de casal e família, Magalhães e Féres-Carneiro (2005) pontuam que “tanto o objeto-parceiro, na conjugalidade,

quanto os familiares, no grupo familiar, disponibilizam-se para receber uma intensa carga de projeções [...]” e que “a disponibilização receptiva do outro favorece transformações subjetivas mútuas” (p. 27). Acrescentamos que o parceiro amoroso é não só aquele em que é projetado o amor e o ódio, ou seja, é objeto bom e mau ao mesmo tempo, mas também é aquele que permite que as fantasias inconscientes ligadas a aspectos transmitidos geracionalmente sejam revividas. No plano inconsciente, o sujeito-parceiro é moldado de acordo com essas fantasias, fruto da projeção, e a própria identidade compartilhada pelo casal constitui-se a partir dessa atividade dinâmica de introjeção e projeção de aspectos transmitidos.

Moguillansky e Nussbaum (2011) acrescentam que Melanie Klein insiste no papel do corpo materno como objeto privilegiado da curiosidade do bebê, o qual tem sua mente modelada a partir das experiências com esse corpo materno. No vínculo conjugal, há também trocas corporais e a constituição de uma “mente comum”, mas esta mente evidentemente não é a mente primitiva do bebê, mas sim uma mente ou um psiquismo compartilhado pelos membros do casal. Esse psiquismo criado pelo casal, instaurado na conjugalidade, tem relação com a experiência de fusão corporal propiciada pelo entrelaçamento de dois corpos na relação sexual, uma vez que está em jogo a frágil delimitação de fronteiras físicas e psíquicas, portanto, egoicas. A experiência corporal de busca de completude possibilitada concretamente pela relação sexual também é um modo de processamento da atividade fantasmática de “ser um só”, assim como ocorre na dimensão psíquica com o estabelecimento de um psiquismo conjugal.

Winnicott (1956) é um autor também da escola inglesa de psicanálise que se interessou especialmente pela relação mãe-bebê, conceituando a área intermediária da experiência ilusória do bebê, conhecido como espaço potencial, que tem o objeto transicional como sua concretização. Este objeto é utilizado pelo bebê em momentos de solidão para suportar a ausência da mãe, quando experencia uma realidade que não é interna, nem externa, mas que auxilia o bebê no seu processo de separação e individuação. Portanto, a área dos fenômenos transicionais é aquela na qual a mente do bebê se forma, em constante relação com a mãe e, portanto, o outro é essencial nesse processo de transmissão. Relativo à conjugalidade, há também muitos autores, conforme já pontuamos em outro momento, que sugerem o processamento de uma experiência transicional na

constituição do psiquismo compartilhado pelo casal: numa alusão ao brincar, o casal também compartilha de uma experiência ilusória e criativa na constituição da sua identidade conjugal (Eiguer, 1985; Magalhães, 2009).

Pode-se, portanto, considerar que o psiquismo conjugal se estabelece a partir da atividade transicional do casal, em uma leitura winnicotiana, ou considerar o conceito de envelope grupal (Anzieu, 1985) para buscar apreender o funcionamento do eu conjugal. Nessa linha de reflexão sobre a constituição da identidade conjugal a partir das transmissões psíquicas que ocorrem nas relações intersubjetivas, as contribuições teóricas de Didier Anzieu (1985) sobre o envelope grupal são bastante válidas. Este funciona como um envelope psíquico, como se fosse uma pele psíquica necessária para a constituição narcísica – do bebê, no início da vida, mas que podemos estender essa noção também aos membros do casal na constituição do eu conjugal. Anzieu é um autor fundamental para a escola francesa de psicanálise de família e casal, conhecida como escola grupalista, e teve sua maior contribuição na teorização sobre a atividade interfantasmática do grupo (Magalhães e Féres-Carneiro, 2005).

Anzieu (1985) ressalta que Melanie Klein acabou dando maior ênfase aos mecanismos de projeção e introjeção do objeto no mundo interno, deixando um pouco de lado o olhar para o envelope protetor do ego – e é precisamente neste ponto que a teoria de Anzieu irá se desenvolver, buscando, a partir da noção de “Eu-pele” (Anzieu, 1985), entender como se instaura a proteção psíquica do ego e, mais amplamente, dos grupos, que também formam um envelope grupal. O “eu-pele” é definido como uma representação de ego utilizada pela criança, nas fases precoces de seu desenvolvimento, para representar a si mesmo como um ego que possui conteúdos psíquicos, a partir de sua experiência através da superfície corporal. O “eu-pele” pode ser pensado como um envelope psíquico cutâneo, um limite e uma interface do ego (Kaës, 2007).

A noção de envelope grupal, de Anzieu, ajuda-nos a refletir sobre o casal, enquanto grupo, funcionando como um envelope vivo, uma pele, que faz limite com o exterior e é também um filtro, favorecendo as projeções dos sujeitos uns sobre os outros. Conforme já pontuamos, a atividade interfantasmática está presente em encontros intensos e significativos, mobilizando fantasmas pessoais. Magalhães e Féres-Carneiro (2005) consideram a conjugalidade como

estimuladora dessa atividade interfantasmática por promover a reestruturação da subjetividade dos parceiros, operando na fronteira dos “eus” que se interpenetram.

Contudo, convém investigar exatamente de que fantasias estamos tratando, quando falamos em atividade interfantasmática na conjugalidade, e de que forma essas fantasias são transmitidas aos membros de um casal. As fantasias de cada família são transmitidas inconscientemente pela linguagem, pelos gestos e pelos segredos. São mensagens enigmáticas que vêm do outro, antecedendo até mesmo o nascimento do bebê (Laplanche, 1985). O outro entra como uma bagagem que é passada, o lado enigmático do outro é transmitido. “Nesse sentido, o pai está, de imediato, presente, mesmo que a mãe seja viúva: está presente porque a própria mãe teve um pai, porque ela mesma visa a um pênis; e, também sabemos, porque a mãe visa no seu próprio filho e para além dele ao pênis que ela deseja” (Laplanche, 1985, p. 52).

Portanto, para Laplanche, a transmissão processa-se a partir da implantação de aspectos enigmáticos e inconscientes do outro no sujeito e tal aspecto é considerado como estruturante do psiquismo – apesar de o adulto também ignorar o conteúdo inconsciente sexual da linguagem que transmite às crianças, portanto, é inconsciente tanto para quem transmite a mensagem, quanto para quem a recebe. No entanto, é o adulto que irá fornecer a possibilidade de tradução das mensagens enigmáticas para a criança, através da linguagem. Laplanche (1985) considera, então, o valor do agente materno, do outro sedutor, na constituição do sujeito.

No próximo capítulo, voltaremos à teoria de Laplanche sobre as mensagens enigmáticas e a constituição traumática do psiquismo, com o objetivo de investigarmos a relação conjugal e os intrincados fenômenos da comunicação e transmissão inconscientes que se processam no encontro com o outro, promovido pela conjugalidade. Os adultos, diferentemente das crianças, possuem um aparelho mental capaz de traduzir as mensagens enigmáticas que vêm do outro. Contudo, quando esse enigma comporta uma dimensão traumática, irá demandar uma elaboração egoica e uma reconfiguração identitária mais significativas.

A psicanálise francesa, no que diz respeito ao estudo da transmissão psíquica, foi influenciada pela teoria dos húngaros Abraham e Torok (1995), que elaboraram os conceitos-chave do campo da psicanálise de família contemporânea: a clínica do fantasma sobre os segredos de família, o luto

patológico, o fantasma da incorporação e a noção de cripta, que se refere ao enterro psíquico de uma vivência vergonhosa (Correa, 2000). Esses conceitos são fundamentais para a clínica das patologias contemporâneas, que focaliza questões narcísicas e limítrofes; no entanto, também nos ajudam na compreensão dos casos clássicos de neurose, assim como no entendimento teórico e clínico das questões de casal e família, ampliando o escopo clássico da psicanálise.

Nesse sentido, buscando novos elementos na teoria psicanalítica para a compreensão da dinâmica do casal, lembramos que Puget (2000) diz que é preciso ter em mente que não existe uma realidade forjada somente pelas fantasias inconscientes e a vida pulsional, mas que existe uma outra realidade construída no encontro a dois: são dois sujeitos que impõem sua estranheza ao outro, como acontece no vínculo conjugal. Essa estranheza, à qual a autora se refere, está, para nós, referida aos elementos traumáticos que estão presentes no psiquismo de cada membro do casal e apresenta-se, de forma intensa, quando, na instauração da conjugalidade, forma-se o eu conjugal. Esses elementos traumáticos podem ser compreendidos a partir do conceito de “intermediário”, de Kaës (2011). Veremos de que forma isso ocorre.

Segundo Kaës (2011), a categoria de intermediário aparece, em Freud, no estudo dos sonhos, da formação do ego e do pré-consciente, considerando os espaços intrapsíquicos; e, no espaço intersubjetivo, quando Freud estuda os grupos e a questão da cultura. Kaës (2011) chama de “formações intermediárias” alguns processos – como o da formação do sintoma, por exemplo –, que carregam o traço do conflito defensivo do qual resulta. O autor diz que: “O intermediário funciona, pois, como uma barreira de filtragem, como um pára-excitações contra o poder contagioso do desejo que destruiria tudo se fosse satisfeito sem outro tratamento econômico” (Kaës, 2001, p. 53). O trauma poderia ser entendido como o resultado de um fracasso da formação intermediária, já que as situações traumáticas são aquelas em que as excitações são tão fortes a ponto de romper a barreira de proteção egoica (Kaës, 2001). O intermediário remete àquilo que faz a ligação entre elementos. Portanto, quando, na formação de um casal, cada membro traz sua “estranheza” – seus elementos traumáticos – para ligar à estranheza do outro na formação do eu conjugal, podemos presumir que haverá uma exigência, e talvez um fracasso, do processo intermediário.

Além de identificar a presença do conceito de intermediário na obra freudiana, Kaës (2011) faz o mesmo com a teoria winnicotiana: percebe que o espaço transicional pode ser entendido como um espaço para a apropriação da herança que nos é transmitida. Portanto, consideramos que o espaço transicional criado na conjugalidade funciona, nesse sentido, como um espaço intermediário no qual os elementos traumáticos herdados podem ser apropriados, elaborados ou mesmo assimilados ao psiquismo compartilhado pelo casal. Assim, entendemos o contato do psiquismo conjugal com os elementos traumáticos mais como uma possibilidade de reconfiguração egoica, tanto dos sujeitos-parceiros quanto do casal enquanto unidade.

Contudo, resta ainda compreender os mecanismos que possibilitam a transmissão entre as gerações. Mais adiante, veremos os mecanismos identificatórios, que são uma via de transmissão intersubjetiva. Outra possibilidade de transmissão da vida psíquica entre membros de um grupo e entre gerações ocorre por meio de alianças inconscientes. As alianças inconscientes são produzidas pelo Inconsciente e nele mantidas, sendo uma das modalidades mais importantes do processo de transmissão – “o inconsciente de cada sujeito carrega traços, em sua estrutura e em seus conteúdos do inconsciente, de um outro e de mais de um outro” (Kaës, 2011, p. 133). O aparelho psíquico, nos diz Kaës (2001), é ele mesmo um órgão de transmissão, uma vez que interpreta, produz sentido e modifica o que transmite. Nos casais, as alianças, os contratos e os pactos inconscientes sustentam o destino do processo de recalque e da repetição (Kaës, 2000).

A aliança inconsciente é uma formação intersubjetiva construída pelos sujeitos para reforçar certos processos, por exemplo: o recalque, o mecanismo da recusa, a denegação, o desmentido e o enquistamento, presentes em todo vínculo intersubjetivo (Kaës, 2011). Sendo assim, na conjugalidade, há a formação de uma aliança inconsciente entre os membros do casal e ocorrem, a partir desse laço, transmissões entre os sujeitos de traços presentes no psiquismo de cada um, introjeção ou incorporação de características um do outro, heranças traumáticas e assim por diante. No próximo capítulo, discutiremos, com mais detalhes, a questão da formação de alianças inconscientes no casal.

É necessário marcar, nesse momento, que o vínculo intersubjetivo constitui-se a partir da positividade e da negatividade. O aspecto da positividade

da transmissão, o que entrou na cadeia geracional, é por nós mais facilmente decifrável: os ideais, os mecanismos de defesa neuróticos, as identificações, os vínculos intersubjetivos. Melhor dizendo, é mais fácil percebermos aquilo que pôde ser herdado através da linguagem, de elementos que entraram na cadeia de simbolização, enquanto que, por outro lado, o aspecto negativo da transmissão diz respeito ao que:

[...] não pôde ser contido, retido, aquilo que não é lembrado, o que não encontra inscrição na psique dos pais e vem depositar-se ou enquistar-se na psique de uma criança: a falta, a doença, o crime, os objetos desaparecidos sem traço nem memória, para os quais um trabalho de luto não pôde ser realizado (Kaës, 2011, p. 128).

Sublinhamos que nosso objetivo central nesta pesquisa é investigar a transmissão do trauma na conjugalidade, ou seja, discutir como se processa a apropriação pelo casal daquilo que se refere ao recalque dos desejos edípicos, à culpa, aos restos presentes no psiquismo de cada um, que será base para a constituição da identidade conjugal. Consideramos, a partir da leitura de Kaës (2001), que a transmissão se organiza a partir do negativo, do que falta e falha. Portanto, na conjugalidade, na medida em que há o processamento intenso de transmissões inconscientes entre os membros do casal, o psiquismo conjugal também é constituído a partir da falta.

Uma vez que entendemos que ao sujeito do grupo, ou do casal, são transmitidas diversas formações inconscientes, seja pelos mecanismos de apoio, identificação, incorporação, recalque e outros mais (Kaës, 2001), consideramos necessário aprofundarmo-nos no estudo dos processos identificatórios para melhor compreender a formação do psiquismo conjugal, o que será implementado a seguir.

#### **2.4.**

#### **Processos de identificação entre os membros do casal**

Até esse momento, constatamos que o conceito de transmissão psíquica articula-se estreitamente com o de identificação – e, portanto, com todos aqueles em que a identificação se desdobrou, como: a introjeção, a incorporação e a identificação projetiva. Segundo Kaës (2011), “a identificação com o objeto de

desejo e com a fantasia inconsciente do outro é uma passagem obrigatória para se ter um lugar nos vínculos entre gerações” (p. 131). A rede de identificações é, portanto, um modelo da transmissão psíquica.

Robert (2003), por sua vez, questiona se os processos de identificação e projeção, assim como o conceito de narcisismo, são suficientes para explicar as transmissões psíquicas entre os sujeitos. A transmissão entre dois sujeitos pode ser de uma informação, de um pensamento, de uma emoção; pressupõe, portanto, uma ação, um trabalho ou um processo, assim como uma diferenciação mínima entre os dois indivíduos. Para o autor, para que se possa fazer um verdadeiro trabalho de apropriação do que é transmitido pelo outro é necessário dispor de uma permeabilidade ao outro que, por sua vez, pressupõe uma segurança interna, apoiada numa suficiente constituição narcísica. Estudaremos, adiante, os processos básicos de transmissão, que estão presentes não só na constituição do psiquismo, mas também na relação conjugal, tendo em mente essas considerações.

Consideramos relevante, portanto, aprofundar o estudo de cada um dos mecanismos de transmissão para que possamos chegar ao nosso objetivo de investigar a transmissão psíquica de elementos traumáticos na conjugalidade. É por meio desses processos que as transmissões intergeracional, transgeracional e a transmissão entre os parceiros conjugais efetuam-se. Sendo assim, iniciaremos com a investigação dos conceitos de introjeção e de incorporação, através da contribuição de autores pós-freudianos, e, em um segundo momento, buscaremos entender o complexo mecanismo da identificação projetiva, tão próprio às relações conjugais e familiares e que, segundo Kaës (2011), é um obstáculo ao processo de introjeção.

#### **2.4.1. Introjeção e incorporação na relação de casal**

Freud, apesar de ter desenvolvido o tema dos processos identificatórios ao longo de sua obra, não implementou uma distinção clara entre introjeção e incorporação, utilizando esses conceitos muitas vezes como sinônimos (Laplanche e Pontalis, 2001). São os autores pós-freudianos, principalmente Abraham e Torok (1995), que se detêm mais sobre a especificidade dos conceitos. Esses autores desenvolvem as noções de cripta e fantasma, articulando-as com os conceitos de introjeção e incorporação, sobretudo considerando esses mecanismos

nas situações clínicas em que há a existência de segredos que vêm de outras gerações. Neste trabalho, estudamos os mecanismos identificatórios articulados com as experiências traumáticas constitutivas, especialmente enfocando a questão da transmissão do trauma na conjugalidade.

O “Vocabulário da Psicanálise” (2001), de Laplanche e Pontalis, conceitua “identificação” como um processo pelo qual o sujeito assimila um aspecto do outro e transforma-se segundo o modelo desse outro. Indica também que a incorporação e a introjeção são protótipos da identificação, quando são processos vividos e simbolizados como operações corporais, remetendo-nos aos atos de devorar, guardar dentro de si. Na opinião de Torok (1995), “designar esses dois movimentos (introjetivo das pulsões e incorporativo do objeto) pelo mesmo termo não traz nenhuma clareza à comunicação” (p. 223). No entanto, a autora afirma que há um nível arcaico em que os dois mecanismos podem se confundir. Remetemos ao período inicial em que a oralidade é a principal forma de comunicação e, nesse sentido, as fantasias de incorporação exercem o papel principal.

A introjeção é um processo identificatório que consiste na integração de traços do objeto no ego. É importante pontuar, segundo Torok (1995), que “não se trata de ‘introjetar’ o objeto, como se diz facilmente, mas, o conjunto das pulsões e de suas vicissitudes cujo objeto é o próprio contexto e o mediador” (p. 222). Contudo, esse processo implica em um trabalho de luto objetual, uma vez que é necessário abrir mão do objeto, pois somente parte dele será integrado à esfera egoica. Quando esse processo de introjeção não consegue se realizar, entra em jogo o mecanismo da incorporação, que seria uma apropriação total do objeto pelo ego. Neste caso, trata-se de uma defesa frente à impossibilidade de aceitar a perda do objeto, sendo este mantido na fantasia.

Como Torok (1995) nos diz, no momento inicial da vida, há uma certa indiferenciação entre a incorporação e a introjeção. A incorporação é o primeiro modelo de relação entre sujeito e objeto, a primeira forma de identificação. A constituição psíquica seria, portanto, mais ligada a um modelo melancólico, pela característica da relação inicial baseada na oralidade e na incorporação do objeto, do que a um modelo histérico. Pensar a identificação a partir do modelo da histeria seria considerar uma identificação que pressupõe a integração de traços do outro, tendo relação com o desejo e com uma situação triangular. A identificação pensada segundo o modelo melancólico diz respeito a um funcionamento mais

primário e, portanto, a uma apropriação do objeto – trata-se do Eu como cópia do objeto e, portanto, é um processo mais próximo da incorporação do que da introjeção do objeto. Segundo o modelo de identificação primária/primordial, as inscrições que se apresentam no psiquismo do sujeito só vão ter sentido de retroação com a identificação simbólica (no Édipo) – com a separação do objeto, a diferença sexual e a identificação de traços do outro.

A incorporação opera como um tipo de ilusão de completude, uma tentativa de manter o objeto perdido. É regressiva na medida em que recusa a introjeção e a dependência do objeto – nesse sentido, é conservadora. “A incorporação corresponde a uma fantasia e a introjeção, a um processo” (p. 243) – é assim que Abraham e Torok (1995) iniciam o capítulo “Luto ou melancolia, introjetar-incorporar”. Os autores apontam, sobre a questão da oralidade, que o que é incorporado é a possibilidade de a criança substituir a falta de objeto. Há uma ambivalência na oralidade: quando se devora o objeto, há uma destruição e uma identificação/incorporação com o objeto.

A ‘cura’ mágica por incorporação dispensa do trabalho doloroso da recomposição. Absorver o que vem a faltar sob forma de alimento, imaginário ou real, no momento em que o psiquismo está enlutado, é recusar o luto e suas conseqüências, é recusar introduzir em si a parte de si mesmo depositada no que está perdido, é recusar saber o verdadeiro sentido da perda, aquele que faria com que, sabendo, fôssemos outro, em síntese, é recusar a introjeção (Abraham e Torok, 1995, p. 245).

Na relação conjugal, os membros do casal passam por um trabalho de assimilação e elaboração de traços do outro no momento de constituição do eu conjugal. Esse processo identificatório envolve a introjeção, uma vez que há um encontro de dois egos que se fundem para formar um psiquismo conjugal; contudo, esse trabalho psíquico não se dá de forma tão linear – podemos pensar que não há um encaixe perfeito dos dois egos. Conforme já apontamos no capítulo 1, em alguns tipos de relação conjugal, o mecanismo da incorporação predomina sobre o da introjeção, fazendo com que aspectos do outro sejam depositados no psiquismo, dispensando o “trabalho doloroso da recomposição”, usando a expressão de Abraham e Torok (1995). Nesses casos, parece haver uma recusa do luto, uma vez que sempre haverá perdas no processo de constituição do eu conjugal, ou mesmo podem ocorrer casos em que o outro é incorporado como um

tampão, para encobrir angústias e vazios existenciais. Esses processos de identificação entre os membros do casal, que oscilam entre a introjeção e a incorporação de qualidades do outro, também são discutidos por Magalhães e Féres-Carneiro (2003).

A visão de Lina Balestrière, no livro *Freud et la question des origines* (2008), sobre os processos de introjeção e incorporação é um alargamento das noções trazidas por Abraham e Torok (1995). Balestrière teoriza sobre o período arcaico do processo de subjetivação, ou seja, o momento em que esses processos identificatórios (introjeção e incorporação) se confundem. A incorporação seria, para Balestrière, incorporação das experiências entre mãe-bebê, sendo entendida não como uma defesa ou uma impossibilidade da introjeção – como colocam Abraham e Torok –, mas sim como uma identificação imediata, como a primeira forma de apreensão do sujeito.

A incorporação de experiências qualitativas é o que funda o psiquismo, segundo Balestrière (2008). Para essa autora, trata-se da incorporação da experiência, e não do objeto – diz respeito à constância, ao ritmo, à vocalização, à satisfação e ao apaziguamento que a mãe proporciona. Trata-se de introjetar a sensação de prazer, a qualidade da relação, a presença da mãe. Nesse sentido, podemos fazer uma relação com a teoria de Winnicott (1956), quando o autor sinaliza que a introjeção de experiências tranquilas é possibilitada por uma mãe suficientemente boa.

Consideramos que esses dois enfoques – de Abraham e Torok (1995) e Balestrière (2008) – complementam-se, uma vez que ambos consideram que, em um período arcaico, introjeção e incorporação se confundem. Em um período posterior é que podemos começar a pensar numa distinção entre os dois mecanismos e, assim, a visão de Torok de que a incorporação seria uma fantasia e a introjeção, um processo nos ajudará a aprofundar a compreensão acerca da apropriação da transmissão psíquica geracional.

Partindo do pressuposto de que a conjugalidade é uma reedição desse momento inicial entre mãe e bebê, conforme sinalizamos anteriormente, consideramos que a relação entre os membros de um casal também comporta esse aspecto da incorporação das experiências com o outro, através de uma constância do laço afetivo, da voz do outro que acalenta e do prazer associado ao estar junto. Essas experiências do casal, que acontecem principalmente no período de

instauração da conjugalidade, também nos falam de um período em que introjeção e incorporação do objeto parecem se confundir, assim como aponta Balestrière sobre a relação inicial mãe-bebê. Aos poucos, o eu conjugal vai se formando e, mais claramente, os processos de introjeção e incorporação entre os membros do casal vão se distinguindo entre si. Esta é uma forma de entender o encontro conjugal que enriquece nossa pesquisa, na medida em que vimos buscando compreender a conjugalidade em sua dimensão inconsciente e relacionando-a com a revivência dos períodos pré-edípico e edípico. Magalhães e Féres-Carneiro (2004) complementam esse raciocínio quando colocam que o conjunto intersubjetivo, sendo aquele em que ocorrem as identificações, tem sua origem no grupo primário, mas não se limita a ele, pois pode se configurar em outros grupos, como o grupo do casal, por exemplo.

A seguir, abordamos mais profundamente o mecanismo da identificação projetiva, bastante utilizado na clínica com casais. É um conceito importante para a compreensão de situações clínicas de caráter mais patológico, mas também para um melhor entendimento da conjugalidade em geral.

#### **2.4.2. Identificação projetiva na dinâmica inconsciente do casal**

O conceito de identificação projetiva foi desenvolvido por Melanie Klein, na escola inglesa de psicanálise, sendo utilizado por muitas abordagens psicanalíticas e não somente as estritamente kleinianas, mas também por aquelas que trabalham com as relações primárias mãe-bebê, assim como pela terapia psicanalítica de família e casal, que também se apropria do conceito, usando-o para entender a função do analista como tela de projeções na clínica com famílias. Laplanche e Pontalis (2001) afirmam que a identificação projetiva é uma “expressão introduzida por Melanie Klein para designar um mecanismo que se traduz por fantasias em que o sujeito introduz a sua própria pessoa totalmente ou em parte no interior do objeto para o lesar, para o possuir ou para o controlar” (p. 232).

O conceito de identificação projetiva auxilia-nos na compreensão da dinâmica inconsciente do casal, sobretudo na investigação da transmissão de elementos traumáticos na cena conjugal. Luiz Meyer (1983) desenvolve o tema da identificação projetiva no contexto da família, mostrando que parte do mundo

interno do sujeito é destacada e, via projeção, passa a localizar-se no objeto, ou seja, há uma externalização do conflito no contexto familiar; com isso, há uma distorção da percepção do objeto e da imagem de si mesmo. Meyer ressalta que o terapeuta, numa abordagem psicanalítica de família ou casal, também é colocado na mesma situação que os membros da família, deixando-se infiltrar pelas identificações projetivas e tendo, portanto, que reconhecer esse aspecto transferencial para que possa nomear tal fenômeno para a família. Ou seja, o terapeuta ajuda a família a reconhecer as identificações projetivas que circulam entre os familiares, o modo como são ativadas e a quais identificações as ansiedades são ligadas (Meyer, 1983).

Cramer e Palácio-Espasa (1993), por outro lado, desenvolvem o tema da identificação projetiva em duas direções: como uma possibilidade de empatia na forma sadia desse mecanismo – tendo como exemplos paradigmáticos a mãe e o psicanalista –, ou, em formas patológicas, como sendo um mecanismo psíquico com tendências possessivas e expulsivo-projetivas.

A identificação projetiva a serviço do reconhecimento da comunicação e da empatia com o objeto veicula um intenso investimento libidinal deste. Ao contrário, quando predomina a agressividade, a identificação projetiva se torna intrusiva e controladora em relação ao objeto (Cramer e Palácio-Espasa, 1993, p. 265).

Consideramos que a relação entre os membros do casal conjugal pode também assumir a dinâmica de uma identificação projetiva empática ou intrusiva, uma vez que nessas relações ocorrem identificações e projeções, assim como na relação mãe-bebê. Na instauração da conjugalidade, há a formação de um eu conjugal, em que traços do outro serão passíveis de introjeção ou incorporação. Adicionamos, ainda, a possibilidade de a “maneira de ser” do outro ser apropriada pelo ego de um deles, assim como aspectos clivados de um dos cônjuges podem ser maciçamente projetados na esfera egoica do parceiro, por meio do mecanismo da identificação projetiva.

É necessário, contudo, que os membros do casal tolerem a ambivalência, pois, do contrário, qualquer ativação de cenários inconscientes passados – ligados a relações objetais patogênicas do casal – será difícil de ser tolerado, o que prejudicará a capacidade para a mútua identificação (Kernberg, 1995). Kernberg diz que essa intolerância à ambivalência facilita a ativação de cenários

inconscientes, assim como ativa a identificação projetiva com base em relações objetais patogênicas internalizadas. Nos casos em que há uma idealização do outro sem a tolerância da ambivalência, qualquer agressividade que surja na relação será altamente ameaçadora para o casal.

Com isso, Kernberg (1995) ressalta a necessidade do estabelecimento da idealização um do outro, assim como da idealização do relacionamento do casal, com propósitos defensivos – contra a avaliação realista do relacionamento e também ativando a função do superego de proibição contra os desejos edípicos. Sendo o objeto amoroso, assim como o relacionamento do casal, idealizado e havendo uma tolerância da ambivalência, não irá prevalecer a identificação projetiva na relação conjugal.

Nas projeções parentais sobre os filhos, constata-se o quanto o filho é construído fantasisticamente pelos pais, de acordo com o bebê que eles foram ou de acordo com o que lhes faltou. Nas relações conjugais há, de modo equivalente, uma identificação projetiva no outro de traços de um ideal almejado. Freud (1914) tratou das projeções parentais sobre os filhos no texto do narcisismo e, nesse mesmo texto, analisa as escolhas amorosas: narcísicas e de objeto (anacríticas). Cramer e Palácio-Espasa (1993) apontam que “Freud também fala das relações objetais de tipo anacrítico que se estabelecem com a projeção de imagos de pessoas significativas para satisfazer as necessidades do sujeito, isto é, a necessidade de reencontrar uma relação com os pais” (p. 267).

O mecanismo da identificação projetiva, conforme ressaltado, ocorre através da projeção de partes psicóticas da mente no objeto, na tentativa de transformar o objeto externo no objeto interno que nele é projetado. Titan (1999) destaca o caso de casais que, em situações mais extremas, depois de um período de projeções maciças, um dos dois rompe a relação e sente que deixa com o outro uma parcela indesejável de si mesmo. Nesses casos, parece que a delimitação das fronteiras egoicas entre eu e outro não está bem estabelecida, pois, ainda que consideremos a formação de um psiquismo compartilhado pelo casal, isso não exclui a existência paralela de cada um com um *self* próprio e discriminado. Portanto, é evidente que cada um apresenta uma estrutura própria ou mesmo uma psicopatologia individual, que não pode ser estritamente vinculada com a identidade conjugal. Com relação a isso, Kernberg (1995) aponta que:

[...] a identificação inconsciente de um dos parceiros com seus próprios aspectos, dissociados e projetados, junto com a mútua indução de papéis complementares através da identificação projetiva por parte de ambos, pode resultar numa distribuição de papéis que transmite uma impressão errônea da psicopatologia de cada parceiro (p. 137).

A identificação projetiva, além de estar bastante presente na relação de casais, é também um mecanismo comum em pacientes *borderline* (Figueiredo, 2003). Os conteúdos libidinais e agressivos são projetados no mundo exterior, com o qual o indivíduo se confunde, já que fora e dentro se misturam. Destacamos a relevância de atentar para esse tipo de configuração psíquica limítrofe, quando se estuda o trauma, pois estes quadros clínicos podem nos ensinar bastante sobre o funcionamento neurótico, considerando que os aspectos narcísicos estão presentes em maior ou menor grau em todos os sujeitos. Embora nosso objetivo nesta pesquisa não seja investigar esses casos, em que parece haver uma dimensão traumática desestruturante – de cunho patológico, portanto –, mas sim buscar entender o trauma ligado à constituição psíquica, enfocando as fantasias primárias e edípicas, consideramos que o processo de transmissão psíquica nas relações conjugais pela via da transmissão do trauma acaba ampliando a compreensão dos processos de subjetivação. Iniciaremos a seguir, de forma introdutória, a discussão que será o foco de nosso último capítulo: o aspecto traumático da transmissão.

## **2.5.**

### **Aspectos traumáticos da transmissão: para introduzir**

A transmissão psíquica entre gerações é organizadora, contudo, é relevante questionar em que medida o sujeito é capaz de apropriar-se de sua herança psíquica, ou seja, se é capaz de produzir narrativas que gerem sentido assimilado ao legado familiar, o que pode ser propiciado pela terapia psicanalítica (Magalhães e Féres-Carneiro, 2005). Conforme colocam Magalhães e Féres-Carneiro (2005), “a transmissão demanda uma diferenciação entre o que é transmitido e o que é recebido e transformado, tendo em vista o processo de historialização e temporalização do sujeito e o processo de apropriação do legado” (p. 31).

As mesmas autoras, em outro texto, ressaltam que o que se transmite e aquilo que está no cerne da constituição subjetiva é exatamente o objeto perdido e

o que nos impõe um trabalho de elaboração psíquica é a ilusão de reconstituição desse objeto enlutado (Magalhães e Féres-Carneiro, 2004). Consideramos essa reflexão teórica interessante para a nossa pesquisa, na medida em que entendemos que se busca no parceiro amoroso um objeto perdido, o objeto edípico, que, por ser proibido, é substituído por um amor possível na atualidade.

Os pais vivem sua história edípica, que é atualizada quando eles mesmos têm seus filhos e assim por diante, quando surgem os netos. Ou seja, a transmissão da vivência primária da primeira relação de objeto e da vivência da triangulação edípica acontecerá ao longo da cadeira geracional e aquilo que vai sendo transmitido é exatamente o que se perdeu – o objeto enlutado, os elementos traumáticos e os resíduos dessas vivências de perda, próprias à constituição subjetiva. Como dizem Magalhães e Féres-Carneiro (2004), “a cada nova geração, esses resíduos são evocados, reconquistados e transmitidos” (p. 246).

A transmissão psíquica, travada por meio dos processos de identificação, necessita de uma filtragem do ego. Quando falha essa filtragem, aquilo que é transmitido não consegue ser apropriado pelo ego. Nas relações conjugais, como há um ego compartilhado pelo casal, no que chamamos de eu conjugal, a transmissão transpsíquica, que ocorre através dos membros, estará atuante e, portanto, o eu conjugal terá o trabalho de filtrar os elementos traumáticos transmitidos por gerações passadas. Entretanto, ocorrerá também uma transmissão entre os sujeitos, ou seja, no vínculo conjugal cada um irá transmitir ao outro, no momento atual, traços psíquicos que serão introjetados ou incorporados pelo outro na instauração da identidade compartilhada pelo casal. Podemos entender essas duas formas de transmissão na conjugalidade, respectivamente, como estando a primeira no eixo vertical (transmissão através das gerações) e a segunda no eixo horizontal (por meio das identificações entre os sujeitos-parceiros).

No capítulo 3, dedicar-nos-emos ao estudo da transmissão psíquica inconsciente de elementos traumáticos na conjugalidade. Para isso, investigaremos a noção de trauma em psicanálise e utilizaremos os conceitos estudados neste capítulo sobre a transmissão para buscar entender como esta se processa na conjugalidade.